



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer informações a Sr.^a Margareth Menezes, Ministra da Cultura, em relação a notícia que o Tribunal de Contas da União (TCU), divulgou um relatório detalhado demonstrando várias irregularidades na gestão da pasta.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Sr.^a Ministra da Cultura, a notícia que o Tribunal de Contas da União (TCU), divulgou um relatório detalhado demonstrando várias irregularidades na gestão da pasta.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) *Como o Ministério da Cultura justifica a ausência de transparência nos processos de gestão de recursos públicos destinados à cultura?*
- 2) *Quais medidas estão sendo adotadas para garantir maior visibilidade e clareza nas decisões e na execução dos projetos culturais?*
- 3) *O relatório aponta falhas graves na fiscalização dos recursos públicos. Quais são as ações concretas que o Ministério está tomando para corrigir essas falhas e garantir que os recursos destinados à cultura sejam*





usados de forma eficiente e em conformidade com a legislação vigente?

- 4) *Diante dos indícios de corrupção revelados no relatório, que providências estão sendo tomadas para investigar e responsabilizar os envolvidos?*
- 5) *Há algum esforço de colaboração com órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) ou o Ministério Público, para apurar essas irregularidades?*
- 6) *O relatório questiona a eficácia dos atuais incentivos à cultura. Quais são os dados e análises que o Ministério possui para demonstrar que os projetos financiados realmente atingem seus objetivos de fomentar a cultura e promover a inclusão social? Há uma avaliação periódica desses resultados?*
- 7) *O Ministério da Cultura tem adotado mecanismos claros e eficazes para garantir que todos os beneficiários de recursos públicos prestem contas de forma completa e transparente? Quais são esses mecanismos?*
- 8) *Quais medidas estão sendo tomadas para corrigir as falhas identificadas nas prestações de contas de projetos culturais?*
- 9) *Quais ações o Ministério está implementando para prevenir a repetição de falhas recorrentes na gestão de recursos públicos e na fiscalização? Existe alguma reforma interna prevista para melhorar os processos de controle e auditoria?*





- 10) *Como o Ministério da Cultura pretende restaurar a confiança da sociedade no sistema de incentivo à cultura, diante das graves falhas apontadas?*
- 11) *De que forma será garantido que os recursos públicos sejam usados com responsabilidade, integridade e transparência, respeitando o valor cultural e social de cada projeto?*
- 12) *Quais mudanças estão sendo feitas para melhorar a eficiência e a agilidade na análise das prestações de contas dos projetos financiados pela Lei Rouanet? O Ministério está adotando alguma medida específica para acelerar a análise de processos pendentes e evitar o acúmulo de novos casos?*
- 13) *Dado o alto número de pendências, há alguma revisão interna nos procedimentos da Lei Rouanet para garantir que os processos sejam mais bem gerenciados e que o sistema de fiscalização seja mais eficaz? Existem planos de melhoria na comunicação e no acompanhamento dos projetos aprovados?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que a senhora Ministra da Cultura entenda como relevantes, sobre o tema.

JUSTIFICATIVA

É com grande preocupação que tomamos conhecimento da recente divulgação de um relatório detalhado sobre as irregularidades na gestão do Ministério da Cultura. O documento revela sérios problemas relacionados à falta de transparência, à ineficácia na fiscalização de recursos





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

públicos e à falta de prestação de contas adequadas, o que coloca em risco a integridade das políticas públicas voltadas para a promoção cultural no Brasil.

De acordo com notícias¹, o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou, no dia 15 de março do corrente ano, um relatório detalhado com irregularidades na gestão do Ministério da Cultura, destacando falta de transparência, problemas na fiscalização de recursos públicos e questionamentos sobre a eficácia dos incentivos à cultura. O cientista político Manoel José de Souza Neto, ex-membro do Conselho Nacional de Políticas Culturais do ministério, compartilhou documentos oficiais do tribunal que embasam as denúncias.

Segundo o levantamento, há indícios de corrupção e falhas recorrentes na prestação de contas, dificultando a fiscalização do dinheiro público. Souza Neto afirmou que *“as auditorias sugerem indícios de corrupção”*, e que *“duas foram enviadas à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados”*, sugerindo que *“pode existir uma quadrilha interna e externa”*. Ele também declarou que a publicação dos documentos representa um *“WikiLeaks da Cultura”*, fazendo referência ao famoso site de vazamento de informações confidenciais.

Ainda, a reportagem informa que os documentos também apontam que o Ministério da Cultura estaria sendo usado para favorecer aliados políticos, com o direcionamento de recursos públicos para grupos alinhados ao governo. Outro problema destacado pelo TCU envolve a prestação de contas de projetos financiados pela Lei Rouanet. O relatório aponta que o número de processos pendentes de análise aumentou 14,9% entre 2022 e 2023, ultrapassando 26 mil prestações de contas sem conclusão.

Salienta-se, que entre as principais falhas apontadas, destaca-se a dificuldade no acompanhamento e controle do destino dos recursos destinados à cultura, um setor essencial para o enriquecimento da identidade nacional e a preservação do patrimônio histórico. A ausência de um sistema

¹ <https://www.folhadestra.com/tcu-expoe-irregularidades-no-ministerio-da-cultura-e-aponta-falhas-na-transparencia/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

eficiente de fiscalização tem contribuído para a proliferação de irregularidades, com indícios claros de corrupção e má gestão de verbas públicas.

Além disso, o relatório questiona a eficácia dos atuais incentivos à cultura, apontando que as falhas na prestação de contas e na transparência estão dificultando a avaliação dos resultados dos projetos financiados, comprometendo a confiança da sociedade no sistema de fomento à cultura. Sem um controle efetivo, não apenas o uso indevido dos recursos se torna uma possibilidade real, mas também a falta de resultados concretos em diversas iniciativas culturais.

A situação descrita é alarmante e exige uma resposta imediata por parte das autoridades competentes. A sociedade precisa de garantias de que os recursos públicos estão sendo aplicados de forma transparente, justa e eficiente, com o devido acompanhamento e fiscalização. A cultura, enquanto patrimônio vital da nossa nação, não pode ser tratada com negligência e deve ser respeitada como uma área fundamental para o desenvolvimento social e econômico do país.

Diante desse cenário, é essencial que medidas sejam adotadas para corrigir essas falhas estruturais, restaurando a confiança da população nos mecanismos de incentivo à cultura e garantindo que os recursos públicos sejam destinados de maneira justa e transparente.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

